

A América Latina e o Mundo:

conflitos, movimentos sociais e a questão ambiental no contexto das Relações Internacionais
Teresa Isenburg

Como citar: ISENBURG, T. A América Latina e o Mundo: conflitos, movimentos sociais e a questão ambiental no contexto das Relações Internacionais. *In:* AGUILAR, S. L. C.; ALBRES, H. M. (org.). **Relações Internacionais:** pesquisa, práticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 79-94. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-240-6.p79-94>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A AMÉRICA LATINA E O MUNDO: CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Teresa Isenburg

As perguntas às quais tentaremos responder com esta contribuição são as seguintes: a primeira é se estamos na presença de problemas ambientais em escala planetária de incidência tal que temos que considerá-los prioritários (McNEILL, 2002). Se, como julgamos, a resposta a este quesito resultar afirmativa, desta provém outras duas interrogações: se tal análise é compartilhada no âmbito do sistema político-diplomático internacional e se a ação se dá de modo adequado¹ em relação a ela. Trataremos os temas indicados olhando especificamente para a área europeia e no interior desta, para a Itália.

Achamos que, ainda que tenham passado quase vinte anos, seja correto partir da Conferência do Rio de 1992 (UNITED NATIONS, 1993) e das “direções de fundo” a partir dela desencadeadas. Destacamos o conceito de direções de fundo, direções estas certamente vagas, todavia,

¹ Os relatórios anuais do Worldwatch Institute que com o título *State of the World*, sucedem-se por mais de um quarto de século, são bons pontos de observação para acompanhar estes temas e a interpretação deles no decorrer de um período médio.

importantes para as convenções mais formalizadas e, além disso, a raiz de muitos conflitos. Naquela ocasião, os dois nós considerados prioritários e hierarquicamente de nível superior foram a mudança climática (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – *United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC) e a biodiversidade, também objeto de convenções.

Em um segundo nível, apresentavam-se as temáticas das florestas, desertificação e da destruição dos habitats. Como é evidente, essas questões estão estreitamente ligadas às primeiras, também na especificidade delas. Parece-nos que até hoje, é possível continuar a se apoiar neste quadro de referência, ao qual, é oportuno, à luz de situações mais recentes, acrescentar outros dois elementos: os oceanos e as suas dinâmicas complexas e a questão urbana.

Se as primeiras relacionam-se às prioridades da Rio-92, a segunda diz respeito à realidade em fase de intensa e rápida evolução (ou involução) - isto é, a formação de numerosos ecossistemas artificiais ou antrópicos de elevado teor específico ou marca ecológica; as megalópoles pobres em exponencial multiplicação no assim chamado “Sul do Mundo”; e ecossistemas cujo governo ou gestão delinea horizontes não somente desconhecidos mas que são objeto de pouquíssima reflexão em termos de previsão.²

Como é sabido, o Rio de Janeiro foi o ponto de partida, o qual, todavia, não deu início a um caminho destinado a desenvolver-se de modo continuado em direção a uma meta. O motivo disto deve ser pesquisado no contexto internacional. A conferência Rio-92, em junho de 1992, realizou-se em um momento muito específico dos eventos mundiais. Foi um período de breve duração, mas de prolongadas consequências.

Iniciou-se com a queda do muro de Berlim (19 de novembro de 1989) e prosseguiu com a implosão da União Soviética (26 de dezembro de 1991). No fim do bipolarismo, as correlações de força internacionais não foram capazes de dar prosseguimento a uma redefinição formal das relações internacionais ancoradas em um sereno multilateralismo com as oportunas intervenções da engenharia diplomática que teriam sido necessárias.

Poder-se-ia começar pela reforma das Nações Unidas, ou melhor, do seu Conselho de Segurança. A reforma poderia ocorrer no ramo mais decididamente

² Ver DAVIS, 2006 e os relatórios da agência Habitat das Nações Unidas.

militar, com a formação das tropas de capacetes azuis sob o comando direto da ONU, ou numa ação radical para impor uma redução dos armamentos e a proibição da maior parte desses, ou ainda, numa nova elaboração conceitual do significado da manutenção da paz³ por meio de objetivos e instrumentos sociais e ambientais. Nada disso aconteceu, e talvez a nebulosidade pelo qual foram envolvidos os acontecimentos de 1989 a 1991, torna difícil entender, de modo claro, quem teve nas mãos o controle desses episódios.

Talvez seja melhor mover a análise, tanto causal como temporal, para o que aconteceu a partir de tais eventos. Além disso, anteciparemos a periodização daqueles acontecimentos em pelo menos uma década, isto é, voltando a Revolução Iraniana de 1978-1979.

É naquele fato revolucionário, no sentido de uma substituição de classe no controle político e, portanto, o seguir econômico e diplomático de um país, que se inicia o principal redesenho dos equilíbrios (ou dos desequilíbrios) mundiais: intervenção militar soviética no Afeganistão, reformas econômicas na República Popular da China, guerra de longa duração Irã-Iraque. Não estamos enfeitiçados pelo termo (e muito menos pelo conceito, no seu significado inicial) de geopolítica, mas neste caso, parece-nos útil recorrer ao mesmo.

De fato, julgamos que na reflexão corrente tenha-se, não raramente, a tendência a subestimar o peso, exatamente geopolítico, do Irã. Este peso era muito claro para Alexandre Magno, como é confirmado por meio de muitos fatos: por exemplo, a determinação da fronteira inter-imperial entre o Império Otomano e o Império Persa; a competição, ainda inter-imperial, entre a Grã-Bretanha e a Rússia czarista que, em parte, resolvia as próprias intrigas exatamente em Teerã; ou o simples dado de que a Conferência de Teerã (28 de novembro – 1 de dezembro de 1943) tenha acontecido antes da Conferência de Yalta (4-11 fevereiro de 1945). Além disso, o próprio Halford Mackinder⁴ na sua construção de cenários estratégicos, tinha percebido nitidamente o papel de ponte de comando do bloco euro-asiático (HOPKIRK, 2004).

Ao terremoto revolucionário iraniano, estão ao lado e seguem alguns eventos (não queremos afirmar que sejam “respostas”, pois nos parece querer dar uma racionalidade e pré-vidência a situações, provavelmente, muito mais

³ Ver o interessante artigo de MEGORAN, 2011, e o debate que o seguiu.

⁴ Ver a importante resenha com mais artigos de AGNEW, 2011.

fluidas nas quais, também não jogam pouco o acaso e as coincidências): a reforma econômica chinesa estabelecida na terceira sessão do XI Congresso do Partido Comunista Chinês (dezembro de 1978), a intervenção militar soviética no Afeganistão (24 de dezembro de 1979), a terrível guerra Irã-Iraque (setembro de 1980 - agosto de 1988). De todos estes três fatos derivam rios de mudanças que vão longe. Para os dois primeiros, os acontecimentos são bastante conhecidos na informação corrente.⁵

Paramos um pouco, no entanto, no terceiro, frequentemente esquecido pela reflexão corrente, mesmo que rico em bibliografia. Trata-se de uma guerra, digamos assim, por procuração. Algo diferente com relação à tradição do bipolarismo e da Guerra Fria, quando as duas fileiras apoiavam os próprios aliados nas guerras deles (dos aliados). Neste caso, ao contrário, um Estado foi empurrado (provavelmente com grande satisfação) para fazer uma guerra cuja evolução (mesmo antes do resultado) trouxe vantagem a uma constelação de terceiros clientes.

O Ocidente e ao fundo, pelo menos no período inicial, também a União Soviética (URSS), teriam tido outro meio ou uma melhor opção para inserir-se em um tabuleiro estratégico sobre o qual rapidamente aconteciam mudanças que os excluía? O custo em vidas humanas foi elevadíssimo para ambas as partes, fala-se em um milhão e meio de jovens chamados a lutar e que nunca mais voltaram pra casa. O custo ambiental também foi enorme por meio dos derramamentos e combustão de hidrocarbonetos, de agentes químicos e de bombas de todos os tipos. E nos perguntamos por que os responsáveis diretos e ocultos por aquele imenso delito não foram citados nos tribunais internacionais tão atentos aos crimes contra a humanidade? Procurando, podem-se encontrar nomes e sobrenomes dos responsáveis individuais por ações fora das fronteiras da legitimidade do Direito Internacional.

Creemos que o conflito Irã-Iraque tenha tido a função de remeter sujeitos marginalizados ao centro da cena. Isto pré-anuncia um comportamento destinado a repetir-se nos anos que viriam, isto é, quando existem mudanças radicais, o Ocidente recorre à guerra, não importando se direta ou heterodireta. O significado desta ação é que a mudança é esvaziada de seu sentido,

⁵ Para informações pontuais, consultar *Keesing's record of world events*, disponível em <http://www.keesings.com>, nas diversas edições.

que pode ser reformador da ordem mundial, deslocando a atenção (e os corpos) para o campo militar.

Destacamos o termo Ocidente porque não compartilhamos o acento frequentemente calcado na direção prevacente e quase solitária dos Estados Unidos. Essa é mais corretamente vista como a orientação Estados Unidos-Europa, referindo-nos com esta última, tanto aos países específicos dela como à Comunidade Europeia/União Europeia (CE/UE). Sem esta conjunção - por vezes tal como é; outras vezes com característica mais sutil de convergência ou também com, aparentemente, sinal da competição; às vezes (por parte da CE/UE), com o traço da desleal e infeliz imobilidade - o caminho da prática militar e bélica não teria sido e não é percorrível.

Acrescentamos que o aporte deletério ao quadro já grave vem do apagar-se da mobilização política dos movimentos sociais europeus e americano contra as guerras promovidas pelos respectivos governos. Depois da mobilização que envolveu 110 milhões de cidadãos, em escala mundial, para exprimir o repúdio à agressão ao Iraque em março de 2003, a capacidade de opor-se com números significativos e condicionantes parece esfumada.

Entre 1989 e 1991, amadurece o complexo processo da implosão do sistema político dos países com economia planificada que promete uma pradaria sem fronteiras para o pasto do comércio neoliberal e para a privatização de bens e riquezas infinitas, diante do vento da esperança difundida pela possibilidade de uma nova orientação internacional iluminada pelo multilateralismo com os seus corolários de colaboração e, quem sabe, partilha. Nesse momento, o Ocidente repete a escolha de uma década antes - ou seja, bloquear o possível caminho com as ruínas da guerra, ainda naquela plataforma giratória de controle que encontra a sua junta no Golfo Pérsico ou árabe e de lá se difunde em direção ao Oriente e ao Ocidente. Isso em uma área bem mais vasta, aquela que, com uma feliz expressão, Xavier de Planhol, em uma de suas densas e complexas obras, chama de "*Les nations du Prophète*", expressão que colhe tanto os aspectos de unidade como aqueles de distinção (PLANHOL, 1993).⁶

Já estava claro no decorrer e no final da Primeira Guerra Mundial, que naqueles lugares, os centros fortes do poder mundial não queriam perder

⁶ Ver também BERQUE, 1978.

o controle, quando as potências da Intesa, tiveram traída a esperança, talvez a utopia, da Nação Árabe (GAIA, 1991). Os frutos envenenados daquela estação, as fronteiras minadas traçadas pelos lápis vermelhos dos oficiais e dos governadores (ISENBURG, 2009) permaneceram suspensos e à espera, prontos para serem revitalizados nos momentos considerados oportunos por alguns.

Aquele fato paradigmático entre Iraque e Kuwait que em 1913 tinha cancelado a precedente união no Império Otomano, no interior da província de Bassora, voltará a ser útil para motivar o ataque do primeiro, em direção ao segundo, no dia 2 de agosto de 1990. Desse episódio, amadurecido nas tramas dos serviços secretos e da diplomacia oculta (TONELLO, 1993; COOLEY, 2005), o Ocidente trouxe justificativas para desencadear, entre 17 de janeiro de 1991 e 28 de fevereiro de 1991, a primeira, ou melhor, a segunda guerra do Golfo. Muito foi escrito com relação a isso e também neste caso, talvez alguns dos protagonistas, sobretudo entre os assim chamados “vencedores”, deveriam ter sido vistos através da lente de aumento dos tribunais internacionais.

A Conferência do Rio-92, acontece neste mesmo período, efetivamente em junho de 1992, isto é, alguns meses após o fim formal da intervenção bélica no Golfo, com o seu resultado de cláusulas-cabestro impostas ao Iraque. Mas a preparação do encontro, nos meses precedentes, coincide exatamente com a fase da provocação, do desencadear e então da capitalização do conflito, bem como das grandes perturbações russas. A diplomacia americana e a europeia estavam inteiramente imersas naquele contexto e imaginamos que uma conferência ambiental não provocaria, em quase nada, o interesse delas. Além disso, há quase vinte anos atrás, a preocupação com as complexas consequências, mesmo econômicas, das alterações climáticas eram somente muito parcialmente compartilhadas, frequentemente, consideradas uma concessão intelectual por grupos marginais que possuíam certa visibilidade.

O quadro geral de referência explica porque no Rio tenha sido possível fazer tanta coisa. E exatamente graças a uma presença moderada (e provavelmente pouco interessada) dos EUA e da CE, dedicados a outras questões e, como os fatos demonstraram, com posições diferentes com relação àquelas que prevaleceram no Rio. Para não falar da URSS, envolvida na voraz transição em direção ao “mercado”. A Rio-92 foi, portanto, o expoente da

diplomacia ambiental internacional; o encontro de Johannesburg de 2002 não teve a mesma tensão nem os mesmos resultados e o percurso de Kyoto não é, sabidamente, privado de sofrimentos (BAILEY, 2010).

Enquanto o delírio de onipotência do mundo unipolar (privamos de qualquer matiz auto-irônica sempre tão útil), ia desaparecendo em silenciosa evanescência, sem que fosse substituído por uma nova e compartilhada estrutura pluripolar, a gestão formal do mundo ia adiante através de duas estradas paralelas e distintas: aquela militar do Ocidente e aquela dos acordos regionais ou transversais de outros sujeitos.

Que o cancelamento do projeto unipolar seja fruto, sobretudo da refinada estratégia chinesa é algo evidente e conhecido.⁷ Parece que a contraposição entre a visão ocidental do mundo, filha de um componente religioso centrado na contraposição entre bem e mal, impossível de ser administrado, mas somente resolvido ou sanado com a guerra e aquela da cultura chinesa embebida no pensamento confuciano do aprimoramento através da prática do estudo e de elaborações compensatórias, viu, nesta fase, um extraordinário resultado da segunda. Todavia, o Ocidente parece não conhecer, por se opor à mudança, caminhos diferentes daqueles da beligerância, não obstante a evidência de seu danoso conjunto.

Limitamo-nos a uma lista esquemática e incompleta da sequência das principais guerras ocidentais sucessivas à primeira (segunda) Guerra do Golfo. Toda a primeira metade dos anos 1990 foi dominada por terríveis conflitos na área iugoslava. Para a Eslovênia a experiência bélica foi “somente” por poucos dias, de 27 de junho a 8 de julho de 1991. Todavia, aquele pequeno fogo já dizia que havia sido aceso um perigoso estopim que a diplomacia teria tido a obrigação de apagar imediatamente. Mas não foi assim: ao estopim foi dada a lenha e o horror dominou soberano entre os componentes da Federação Iugoslava, semeando ódio e fazendo vítimas de 1992 a 1995.

Como corolário da estratégia regional, em 1999, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) interveio em apoio ao Kosovo, bombardeando a Sérvia por 78 dias, de 24 de março a 10 de junho. Isso para, naturalmente, chegar aos eventos maiores ou seja, a intervenção no

⁷ É útil, independentemente de compartilhá-la ou não, a reflexão de TAYLOR, 2011. Para uma análise diferente, à qual vale a pena prestar atenção, podem ser lidas as numerosas intervenções de Samir Amin, facilmente encontradas na internet.

Afeganistão, a partir de 7 de outubro de 2001 e no Iraque que começou em 20 de março de 2003.

Essas duas “coisas”, já que não encontramos o termo mais adequado para dar nome a ações que vão além de qualquer direito, parecem não ter concebível fim. A ocupação do Afeganistão está quase para celebrar dez anos, quase o dobro da Segunda Guerra Mundial. Enfim, em 19 de março de 2011, começou a ação militar na Líbia, particularmente equívoca e de baixo perfil político-moral. A respeito destes fatos, dispõe-se de ampla e ótima bibliografia facilmente encontrada.

Queremos apenas colocar em evidência alguns pontos que combinam contextos e tempos muito diferentes. No plano formal, para dar cobertura a muitas destas operações, a interpretação do Direito Internacional foi frequentemente forçada, ou melhor, esmagada, e adquiriu crédito o conceito de “guerra humanitária”, um paradoxo talvez aceitável na expressão poética, mas funesto e ridículo no mundo real. No plano territorial, o êxito alcançado foi aquele de fragmentar unidades estatais anteriormente de média dimensão, em uma poeira de *pocket states*, absolutamente abaixo de qualquer limiar de auto-sustentabilidade. Este processo atingiu o seu ápice na ex-Iugoslávia, mas paira como um fantasma ou espada de Dâmocles também em outros lugares, como por exemplo no Iraque e na Líbia.

Mesmo onde esta ameaça não apareceu, as formas institucionais e políticas impostas aos países ocupados giram em torno de modalidades de representação étnico-tribal. Sobretudo no Afeganistão, este modelo desestabilizante cobre o sistema eleitoral, assim chamado de representativo. Sempre em nível territorial, a estratégia militar escolhida foi e é aquela da máxima destruição possível das infra-estruturas civis por meio dos bombardeios absolutamente sobredimensionados e desproporcionais com relação às forças “adversárias” a serem derrotadas. O objetivo de tal estratégia, que não tem nenhuma relação com questões de segurança, é o de abrir o território à penetração econômica compulsiva e dependente, no momento da reconstrução. O caso mais vergonhoso, neste sentido, foi o do Iraque.

No que diz respeito à estratégia paralela de outros grandes países, aquela dos acordos regionais ou transversais, gostaríamos de lembrar de dois em particular: um, naturalmente, é o grupo político e de cooperação

formado por Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), transformado em BRICS em 2011, com a incorporação da África do Sul; o outro, a Organização para a Cooperação de Shangai, talvez menos famoso na informação corrente.

Se o primeiro tem um caráter mais marcadamente econômico, o segundo foi centralizado nos temas da segurança regional, incluindo o terrorismo, terreno de caça cujo comando os Estados Unidos reservaram só para si, para pôr, por meio deles mesmos, os próprios aliados numa posição subordinada e dependente. Destaca-se que a soma da população dos países que aderiram (Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tajiquistão) e daqueles observadores (Índia, Irã, Paquistão, Mongólia), junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), hospeda metade do total mundial e também, ou talvez sobretudo, metade das reservas de gás natural e de petróleo do planeta.

Um discurso à parte deveria ser feito para a África subsaariana. Esta foi alvo, no âmbito do prolongamento da competição pós-colonial entre potências ocidentais naquele território, de formas particularmente cruéis de exasperação das diversidades culturais para promover uma beligerância mantida por forças militares e paramilitares. Há alguns anos, a influência da China e em menor escala, do Brasil, está modificando muitas realidades econômicas, sociais e culturais. Nosso inadequado conhecimento daquele mundo nos impede de ter interpretações bem fundamentadas com relação ao mesmo. Limitamo-nos a destacar, por um lado o caráter específico das relações em fase de construção naquela área e por outro, a repetição de um modelo já manifestado em outro lugar, isto é, aquele da segmentação dos Estados, evidente especificamente com a independência do Sudão do Sul. Difícil dizer se divisões se repetiram em outro lugar, com todos os elementos equívocos e heterodiretos que levam consigo, ou se seria um caso isolado.

Nessa sucessão de cenários, coloca-se a Conferência do Rio e o caminho que dela procede. Pode-se perguntar se existe fundamento para organizar a reflexão associando os dois temas ou se seria mais oportuno isolar o tema ambiental ou colocá-lo ao lado de outros aspectos da realidade mundial. Portanto, consideramos útil, explicar os motivos que nos levaram a falar, unindo guerra e ambiente, especificando que para o segundo termo, limitamo-nos à mudança climática.

Pessoalmente, fazemos parte do grupo daqueles que julgam que esteja acontecendo um processo de modificação climática produzida pela ação antrópica (FERRARA; FARRUGGIA, 2007) e que esse leva à formação de uma paisagem somente parcialmente compatível com as modalidades de assentamento humano que hoje prevalecem. Com todo o respeito pelos negacionistas, julgamos persuasivo o conjunto de informações que parece documentar uma forte aceleração, com relação aos tempos inicialmente previstos para a mudança. Isto coloca uma urgência inadiável em assumir decisões e promover, nos limites do possível, ações de contenção.

Ainda que objeto de críticas competentes (HANSEN, 2010), avaliamos positivamente o método de trabalho do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC)⁸ que através da colaboração conjunta de pesquisadores de especializações e países diferentes, explica a situação com base nos conhecimentos científicos obtidos e compartilhados para poder apresentar ao decisor político um quadro organizado sobre a matéria.

E é nesta passagem da tabela do IPCC àquela insubstituível das decisões políticas que se verifica um estreitamento que corre o risco de estrangular com um nó todo o percurso. De fato, parece existir uma incompatibilidade entre o método multilateral dos cientistas e a fragmentação diplomática dos governos, exasperada pelas lacerações bélicas. Em suma, o ambiente é urgente, no nosso modo de ver, não é um obstáculo secundário nos ventos de guerra que sopram desde janeiro de 1991, ou melhor, desde setembro de 1980, impulsionados principalmente pela concepção ocidental do mundo.

Não é nossa intenção percorrer novamente os conhecidos conteúdos específicos do caminho do acordo de Kyoto⁹, mas somente trazer à luz alguns aspectos qualificadores do mesmo e alguns momentos de ruptura com relação ao projeto inicial. Do ponto de vista teórico e se quisermos, ideológico,

⁸ Ver o site <http://www.ipcc.ch/>.

⁹ Limite-me a indicar as datas do percurso: 1988- com indicação do G7 foi organizado, sob a égide de algumas agências das Nações Unidas, o trabalho do IPCC; 1992- foi assinada no Rio de Janeiro a Convenção sobre as Mudanças Climáticas; 1997- 160 países assinaram o Protocolo de Kyoto; 2001- na Conferência das Partes (COP 7) de Marrakesh foi dada muita força aos mecanismos flexíveis; 2005- janeiro entra em atividade o Sistema de Comércio de Emissões (UE/ETS); 2005- 16 FEVEREIRO, entra em vigor o Tratado, depois a ratificação por parte da Rússia; 2007- o IPCC publica o seu IV relatório; 2008- entra em atividade o Comércio Internacional de Emissões (IET); 2008- começam as negociações para o pós Kyoto.

uma primeira expressão significativa é o reconhecimento, expresso no Rio, de responsabilidades comuns mas diferenciadas, uma fórmula elegante para sintetizar uma inteira visão do mundo.

A responsabilidade pela mudança climática é comum. O dicionário diz que a palavra comum significa “que é de todos ou que se refere a mais pessoas”, não utilizando o termo internacionalmente, mas outros, de conotação moral. Todavia, o halo de genericidade, que parece cercar uma condição de potência, ao primeiro relance de ética, é imediatamente mitigado por um contrapeso que leva a atenção para o plano material, esclarecendo “mas diferenciando”. E ao diferenciar, torna obrigatório dar nomes às coisas e às categorias. É com esta lógica que nasce a lista dos Anexos I e II com a identificação pontual dos Estados, sobre os quais, em primeiro lugar, recai a obrigação de agir e o ônus dos custos econômicos.

O processo da Revolução Industrial, centrada na utilização das fontes de energia fósseis, é visto como um fato unitário do ponto de vista temporal (dois séculos) e compacto do ponto de vista territorial (o assim chamado Norte do mundo). Portanto, escolhe-se um afastamento muito diferente daqueles mais difusos que seguem as divisões políticas. Ao contrário, desloca-se a atenção para os modelos produtivos e energéticos, vistos criticamente.

Em uma interpretação que ligava o passado ao futuro e que raciocinava em longo prazo, em contra-tendência com relação ao mito imperante da imediatez do *overnight* financeiro, a mensagem daquela breve fórmula era subversiva, para quem sabia e queria entender além do que estava escrito. As contas do passado também são pagas enquanto que para o futuro, o modelo “energívoro” e fóssil, principal artífice da alteração da composição química da atmosfera com a passagem em dois séculos de 280 a 388 ppm (partes por milhão) de CO₂ equivalente¹⁰, não tinha alguma prospectiva. Portanto, não surpreende que a trilha de Kyoto não tenha se transformado em uma estrada e que, ao contrário, foi cheia de obstáculos, pegadinhas, curvas bruscas em U.

Ainda que não seja óbvio identificar pontualmente quem modificou a estrada, pode-se facilmente entender os interesses convergentes e associativos que giram em torno das fontes de energia fóssil, do carvão ao

¹⁰ Durante o século XX o nível médio das emissões de carbono era de algumas centenas de milhões de toneladas/ano, subiu para 3000 em 1960, 6000 em 1994, 7200 em 2005, aumentado em muito na última década. O fator de conversão carbono/dióxido de carbono é 3,37.

nuclear, passando pelo petróleo e o gás. Certamente são os países mono-exportadores de hidrocarbonetos; sem dúvida, os grupos econômicos com diferentes especializações tecnológicas (prospecção, meios de transporte, indústria química, redes de distribuição) que operam no setor; a seguir os *lobbies* financiados por diferenciadas correntes para influenciar os poderes institucionais, etc.

Os mecanismos utilizados para impedir o percurso de Kyoto foram fundamentalmente dois: a erupção do mercado com o complexo sistema dos mecanismos flexíveis que podem ser simbolicamente representados pela Bolsa do Carbono, inexoravelmente colocada na *City* de Londres; e a chamada “cumplicidade” pelos assim chamados países emergentes para desarmar o perigoso precedente de não mais considerar o passado próximo que, ao contrário, é muito presente. Ao fundo, ecoava e trazia não pouca preocupação, uma das palavras de ordem dos movimentos ecológicos: quem polui, paga.

Alguns seguramente perceberam que colocar em discussão o modelo energético podia ter consequências revolucionárias, isto é, podia determinar a limitação de grupos detentores de riquezas enormes com vantagem para outros grupos, a eventual substituição de extratos sociais dominantes por outros e a redução do poder de certos Estados a favor de outros. Um papel não secundário ao bloquear o nascimento da reflexão sobre a hipótese da passagem de uma economia fóssil a outra “descarbonizada” e sua eventual aplicação na prática, teve o guerrear que há vinte, ou melhor, há trinta anos, incendia o planeta.

Acreditamos que essas longas décadas de guerra devem ser avaliadas unitariamente, sem se exceder no esforço de encontrar uma explicação precisa e satisfatória para cada episódio. O recurso ao instrumento (ou mercadoria?) da guerra por parte do Ocidente teve e tem como objetivo, evitar a mudança: manter o *status quo ante* na matriz energética é um bom método para alcançar o escopo. De fato, a história da humanidade pode ser inteiramente interpretada através dos sistemas energéticos sucessivamente elaborados ao longo da linha do tempo. Fluxos e balanços energéticos também estão em condições de explicar os sistemas sociais consecutivamente ativados. No fundo, também a escolha por recriar a produção escravista às portas do capitalismo e de mantê-lo em vida por mais de três séculos, foi motivada por uma opção energética.

O lugar no qual, todas as vezes, é colocada a mercadoria guerra, é o ponto de maior fraqueza no interior dos espaços considerados estrategicamente significativos. Uma fraqueza sobretudo cultural em condições de assegurar “lenha” abundante para alimentar a propagação do incêndio do conflito e ao mesmo tempo, em condições de não negar aparentes justificativas.

Este é um elemento comum que se reencontra nas guerras diretas e hetero-diretas do Ocidente que envolvem a área Iraque-Irá-Afganistão assim como a ex-Iugoslávia. Enquanto isso, cultiva-se a rejeição em respeitar e apreciar as diversidades culturais e, ao mesmo tempo, elas são carregadas de significados negativos atribuindo-lhes etiquetas como: etnia, fundamentalismo, terrorismo, fanatismo. Além disso, investe-se uma parte em denominações que elogiam, como “o despertar árabe”. Reforça-se, deste modo, o papel performativo da linguagem ampliada pela resposta da mídia em excesso. A opção militar para dominar o mundo é inconciliável com a construção de uma vasta e paciente trama diplomática para conter o desequilíbrio ambiental, em primeiro lugar (mas não somente) aquele climático.

Resumimos, esquematicamente, os pontos de contraposição: na presença de conflitos ou de guerras de amplo raio, o esforço diplomático internacional é necessariamente destinado a por fim a esses; a opção bélica canaliza os investimentos e a pesquisa em direção ao setor dos armamentos subtraindo dinheiro a ser aplicado na conversão energética e na inovação tecnológica em tal setor¹¹; as atividades bélicas poluem diretamente com a explosão de bombas tóxicas e com a frequente destruição de estruturas industriais que derramam produtos químicos que deveriam permanecer confinados; o silêncio sobre o fato de que exatamente os locais físicos da presença militar (bases, polígonos de tiro e de experimentações, depósitos de resíduos químicos e nucleares, indústrias de armamentos) são porções de território nos quais se acumulam elementos tóxicos desconhecidos e fora de controle porque submetidos ao nefasto segredo militar.

E ainda seria possível continuar. Por exemplo, inteiras gerações de homens e mulheres jovens foram subtraídas de uma formação adequada e

¹¹ Em 2010 as despesas militares mundiais chegavam a 1.630 bilhões de dólares com um incremento de 1,3% com relação a 2009 e de 50% com relação a 2001. O incremento concentrou-se principalmente nos EUA. Dados detalhados sobre as despesas militares e em armamentos são consultáveis nos anuários e nas publicações do instituto de pesquisa SIPRI de Estocolmo, ativo por mais de meio século.

destinadas a tarefas bélicas ao invés de civis, com o silêncio de muitos mortos. O resultado desses vinte anos é que nada ou quase nada de sistemático foi feito em cinco décadas para dar andamento a orientações que limitem a mudança climática de origem antrópica. No momento, especialmente depois da explosão e da renovação da crise econômica a partir de 2008, tal tema escorregou e foi parar no fundo da agenda diplomática mundial.

Alguns elementos positivos podem ser tirados em escalas diferentes daquela planetária: muitos Estados inseriram, seriamente, a política ambiental na prática de governo. Brasil e China, deste ponto de vista, são importantes tanto pelas escolhas feitas como pelo peso das suas dimensões. Estão se formando redes de conexão entre poderes locais para ações de redução das emissões, por exemplo, entre o Estado da Califórnia e o Estado de São Paulo, ou no âmbito da coordenação entre as administrações de cidades milionárias.

Gostaríamos de concluir com a descrição material de um lugar que nos parece que resume bem o efeito da sinergia negativa na convergência de alguns dos elementos que foram recordados. Como foi lembrado, em 1999, a OTAN interveio contra a Sérvia e a favor da província do Kosovo com prolongados bombardeios. A maior parte dos ataques realizados partiu da base de Aviano, localizada na Itália norte-oriental. Uma guerra, dizia-se, para proteger a população civil local, em particular, a minoria de origem albanesa e de religião (para quem a esta adere) muçulmana. Como é sabido, o resultado da operação foi a destruição física do território sérvio e das suas infra-estruturas, além de um *vulnus* profundo no direito internacional.

Depois da Resolução 1244, de 10 de junho de 1999, do Conselho de Segurança que punha aquele território sob a administração provisória das Nações Unidas, na prefeitura de Urosevac, junto à fronteira com a Macedônia, foi construída a mais imponente base militar americana no exterior, depois do conflito do Vietnã. São 360 hectares aparelhados de acordo com o estilo de vida americano, incluindo um restaurante *Burger King*, em condições de hospedar 7000 homens em um *bunker* fortificado e murado. A licitação milionária da construção e da gestão foi atribuída à *Kellogg Brown & Root Services Corporation*, subsidiária texana da *Halliburton* que coloniza o Iraque depois da tolice de 2003.

O objetivo da base é o de proteger o oleoduto AMBO que deveria levar o petróleo do Mar Cáspio ao Mar Negro e ao Mar Adriático através de um percurso que excluísse a Rússia. No dia 17 de fevereiro de 2008, o Kosovo declarava, unilateralmente, a própria independência. Foi reconhecido por 77 países, 22 dos quais da União Europeia mas permanece em situação indefinida com relação à diplomacia internacional. É difícil neste, como em outros casos, decifrar se a guerra foi feita pelo petróleo ou se o petróleo justifica a guerra (HARVEY, 2006; GREGORY, 2010). Claro que, o resultado é a construção de uma poderosa fortaleza de suporte à economia do carbono.

O que é certo é que uma bela colaboração para um sistema descarbonizado desenharia outro planeta. As condições técnicas estão amadurecidas, o dinheiro não falta caso se retorne a uma economia material em vez de financeira¹², e abre-se um cenário emocionante para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. et al. Reading Gerry Kearns' Geopolitics and Empire: the Legacy of Halford Mackinder. *Political Geography*, Oxford, n. 1, p. 49-58, Jan. 2011.
- BAILEY, I. Copenhagen and the new political geographies of climate change. *Political Geography*, Oxford, n. 3, p. 127-129, Mar. 2010.
- BERQUE, J. *De l'Euphrate à l'Atlas*. Paris: Simbad, 1978. 2 v.
- COOLEY, J. K. *L'alleanza contro Babilonia*. Milano: Elèuthera, 2005.
- DAVIS, M. *Il pianeta degli slums*. Milano: Feltrinelli, 2006.
- FERRARA, V.; FARRUGGIA, A. *Clima: istruzioni per l'uso*. Milano: Edizioni Ambiente, 2007.
- GAJA, F. *Le frontiere maledette del Medio Oriente*. Milano: Maquis, 1991.
- GREGORY, D. War and peace. *Transactions of the Institute of British Geographers*, London, v. 135, n. 2, p. 154-186, Apr. 2010.
- HANSEN, J. *Tempeste*. Milano: Edizioni Ambiente, 2010.
- HARVEY, D. *La guerra perpetua*. Milano: Il Saggiatore, 2006.

¹² É sempre útil ter uma escala de referência: o PIB mundial é de 74 bilhões de dólares, as bolsas recolhem 50 trilhões de dólares, os títulos 95 trilhões e os derivados 466 trilhões. Ou ainda, em média os primeiros dois bancos de cada país valem mais do que o respectivo PIB nacional. Por exemplo, os ativos do UBS e do Crédit Suisse são 4,7 vezes o PIB da Suíça, enquanto Unicredit e Intesa equivalem ao PIB italiano.

HOPKIRK, P. *Il grande gioco*. Milano: Adelphi, 2004.

ISENBURG, T. Seminando denti di drago. In: FIAMINGO, C.; GIUNCHI, E. *Muri confini passaggi*. Milano: Giuffrè, 2009. p. 1-19.

McNEILL, J. R. *Qualche cosa di nuovo sotto il sole*. Torino: Einaudi, 2002.

MEGORAN, N. War and peace? *Political Geography*, Oxford, n. 4, p. 178-189, May 2011.

PLANHOL, X. de. *Les nations du Prophète. Manuel géographique de politique musulmane*. Paris: Fayard, 1993.

TAYLOR, P. J. Thesis on labour imperialism: how communist China used capitalis globalization to create the last great modern imperialism. *Political Geography*, Oxford, n. 4, p. 175-177, May 2011.

TONELLO, F. *Progetto Babilonia*. Milano: Garzanti, 1993.

UNITED NATIONS. *Report of United Nations Conference on Environment and Development*. New York, 1993. 3 v.